

# A partir do café, para além dele: a formação de uma tradição cafeeira na serra de Baturité a partir das relações de trabalho e das experiências dos sujeitos

*From coffee, beyond it: the formation of a coffee tradition in the Baturité mountain range based on work relationships and the experiences of the subjects*

**Leonardo Noberto de Moraes**  

leo-noberto98@hotmail.com

Universidade Federal do Ceará - UFC

## RESUMO

A cafeicultura existente na Serra de Baturité possui cerca de 200 anos e foi desenvolvida por meio das interações de muitos trabalhadores, formando uma cultura e uma dinâmica de costumes bastante específicos a partir da dimensão do trabalho. Essa tradição foi construída, em grande parte, pelas experiências de homens e mulheres que participavam de diversos momentos da cafeicultura. Porém, toda essa cultura se viu profundamente abalada quando o Instituto Brasileiro do Café passou a implementar profundas mudanças no cultivo do café na região a partir do ano de 1967, buscando uma modernização da agricultura. As práticas intervencionistas do IBC e as profundas mudanças estruturais no trato da cultura cafeeira não levaram em consideração a tradição cafeeira serrana historicamente formada, o que acreditamos ter sido o causador dos insucessos. Este artigo tem como objetivo analisar a formação da cultura cafeeira, as interações entre sujeitos e experiências sociais, levando em consideração suas práticas e costumes, bem como as intervenções implementadas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) que resignificaram as relações econômicas e não econômicas existentes.

## PALAVRAS-CHAVE

Trabalhadores. Cultura Popular. Cafeicultura. Serra de Baturité. Modernização

## ABSTRACT

The coffee cultivation in the Serra de Baturité mountains has been around for about 200 years and was developed through the interactions of many workers, forming a culture and a dynamic of very specific customs based on the dimension of work. This tradition was built, in large part, by the experiences of men and women who participated in various moments of coffee cultivation. However, all this culture was deeply shaken when the Brazilian Coffee Institute began to implement profound changes in coffee cultivation in the region from the year 1967, seeking to modernize agriculture. The interventionist practices of the IBC and the profound structural changes in the handling of coffee culture did not take into account the historically formed mountain coffee tradition, which we believe to have been the cause of the failures. This article aims to analyze the formation of coffee culture, the interactions between subjects and social experiences, taking into account their practices and customs, as well as the interventions implemented by the Brazilian Coffee Institute (IBC) that re-signified the existing economic and non-economic relations.

## KEYWORDS

Workers. Popular Culture. Coffee Farming. Serra de Baturité. Modernization.

**Submetido em:**  
02/08/2023

**Aprovado em:**  
29/08/2023

**Publicado em:**  
08/12/2023

## 1 INTRODUÇÃO

A Serra de Baturité é uma região que fica a cerca de 100 km de Fortaleza, no Ceará, e possui características bastante específicas. Por ser uma região que possui em sua vegetação resquícios de mata atlântica, além de clima mais ameno e frio, sempre apresentou significativas peculiaridades em relação às outras regiões do Ceará. Nessa região, iniciou-se, desde o século XIX, o cultivo de café, gênero agrícola muito produzido no Brasil, mas que na região nordeste possui pouca incidência. Entendemos que a implementação desse gênero nessa região serrana do Ceará foi essencial para o desenvolvimento durante os séculos XIX e XX de algumas das cidades ali existentes, como a própria Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti, o recorte espacial deste estudo, que se divide em três partes, nas quais buscamos entender a formação dessa tradição cafeeira no espaço serrano. os costumes e experiências de alguns trabalhadores e trabalhadoras envolvidos. e os efeitos e impactos de políticas intervencionistas que foram implementadas pelo Instituto Brasileiro do Café nas décadas de 1960 e 1970.

## 2 O CAFÉ E A SERRA: UMA TRADIÇÃO CONSTRUÍDA

Para o Estado do Ceará, representa a cafeicultura importante papel, notadamente para micro-regiões específicas, dotadas principalmente de atitude, clima e solo convenientes ao seu cultivo, aliados a tradições de cultivo e mercê da qualidade do produto e da demanda interna existente.<sup>1</sup>

O trecho acima foi retirado de um dos muitos relatórios e estudos que visavam justificar o investimento da modernização da agricultura do café no Ceará e, mais especificamente na Serra de Baturité. O engenheiro agrônomo Francisco Augusto de Araújo Lima destacou nesta fala a importância interna da produção, que dentro dessa conjuntura já não produzia com objetivos exportadores.

Percebe-se a existência de uma tradição em torno do café, mas tal tradição não se reduz somente à forma como se desenvolveu seu cultivo. Essa tradição historicamente construída inicia-se em torno da cultura cafeeira, mas não se limita apenas a essa dimensão agroprodutora. Ela se fez presente em relações sociais e culturais dos trabalhadores e trabalhadoras do café, assim como em todos os sujeitos envolvidos, algo que iremos observar de maneira mais detalhada.

Entendemos, inicialmente que a formação dessa tradição cafeeira serrana foi desenvolvida a partir de dinâmicas relacionadas a um passado que continuou a se fazer ativo no presente e na experiência dos sujeitos, por meio do que foi denominado como “resíduos”. Quem nos evidencia isso é Raymond Williams, ao colocar os resíduos do passado como perspectivas que ainda estão ativas, que são “elementos efetivos do presente”, vividas à margem ou em oposição a cultura dominante. (WILLIAMS, 1979. p. 125).

Aponta-se que o café chegou a Serra de Baturité no ano de 1822. A seca foi um fator relevante que ajudou na ocupação do local, que era visto por alguns sertanejos como abrigo temporário que servia de fuga, uma “zona de refrigério” que “era permanentemente uma ilha verde no meio do

1 LIMA, Francisco Augusto de Araújo. **Café: Subsídios a implantação de um programa de incremento à cafeicultura no Estado do Ceará**. Fortaleza, Conselho Estadual de Planejamento Agrícola, CEPA-CE, 1971. p. 15.

sertão” (SALES, 2014. p. 21). Contudo, a plena adaptação do café ao solo serrano fez com que muitos sertanejos se fixassem permanentemente. Nos 20 anos iniciais, o gênero rubiáceo foi plantado de forma crescente, rendendo resultados.

Uma característica essencial que podemos perceber como característica da tradição cafeeira serrana nascente é o plantio consorciado com o café. Este modelo de plantio, em que em um mesmo espaço, existiam cafeeiros e outras espécies agrícolas de subsistência visando alimentação, se sedimentou dentro da tradição cafeeira serrana e foi se mantendo nos diferentes momentos da cafeicultura serrana.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o consórcio, ou cultivo consorciado é um método agrícola em que ocorre “o cultivo simultâneo de duas ou mais espécies na mesma safra agrícola, numa mesma área”. (SANTOS, H. P. FONTANELI, R.S.. ACOSTA, A. S.. CARVALHO, O. S. 2007). No processo de ocupação da região esse tipo de plantio já era percebido. Vinicius Barros Leal coloca que “Nos sítios”, “plantavam-se cana, mandioca, algodão, feijão e milho.”, sendo que “Estas culturas dominavam todas as demais”. Havia ainda “Os engenhos para a fabricação de rapadura e do mel” que “foram montados em torno de 1740”. (LEAL, 1981. P. 85). Vemos que, com os primeiros movimentos de ocupação, trouxeram, principalmente dos sertões, modos de plantio para a subsistência, o que percebemos como uma ligação inicial com a terra.

Em muitos sítios de café, para além de as máquinas que ajudavam no cultivo e no trato do café, existiam engenhos de farinha e de açúcar. Nas análises do Professor Pedro Airton de Queiroz Lima (2000), registrou-se a presença de “aviamentos de farinha” e “lavouras de mandioca”, onde a rapadura e a farinha eram alimentos essenciais aos trabalhadores e trabalhadoras (LIMA, 2000. p. 133-137). Não achamos que a produção de café com cultivo consorciado de gêneros agrícolas foi algo inédito dentro do século XIX, mas acreditamos que foi essencial para a Serra de Baturité.

Outra característica importante da tradição cafeeira serrana nascente foi o forte uso dos trabalhadores livres. Lima evidenciou isso ao elucidar que, se nas regiões serranas pode ser observada a forte presença do trabalhador livre, nas grandes lavouras do café do sudeste a base vai ser a mão-de-obra escravizada (LIMA, 2000. p. 140). Em sua pesquisa arquivística onde foram analisados mais de 450 inventários, encontra-se recorrências de senhores do café serrano que possuíam trabalhadores em condição de escravidão. Contudo, o número de escravizados era pequeno se comparado a outras regiões da província. (LIMA, 2000. p. 139)

Acreditamos, partindo disso, que as relações com o trabalho desenvolvidas na cafeicultura serrana ajudaram de maneira objetiva a definir a formação dessa tradição, principalmente se levarmos em consideração que a mão-de-obra presente na agricultura do café na Serra não era escravizada em sua maioria, mas sim livre, ou seja: o camponês, o sertanejo que subia a Serra.

A serra de Baturité entrou no mapa do capitalismo por meio de demandas exportadoras de seu café, por mais que o cultivo do gênero agrícola e as relações de trabalho fossem essencialmente não capitalistas (LIMA, 2000. P. 147). Existiram investimentos que visavam aumentar a produção e facilitar o escoamento para os portos marítimos. Vários produtores de mais abastados, investiram em máquinas visando o melhor beneficiamento de café (LIMA, 2000. P. 126-128). Além disso, a construção

da ambiciosa Estrada de Ferro de Baturité visou escoar toda a produção de café das serras para o Porto do Mucuripe, em Fortaleza.

Entre os anos de 1846 até os primeiros anos do século XX, desenvolveu-se o que pode ser considerado o grande ciclo produtivo do café serrano. O historiador Raimundo Girão coloca que, em certos anos, os valores obtidos na exportação do café superaram as exportações de algodão, por exemplo. E depois de 1890, obteve-se uma paridade de valores até os fins do século XIX (GIRÃO, 2000, p. 380). Se levarmos em consideração a proporção territorial do cultivo de café, limitada às regiões serranas, e o cultivo do algodão, praticado nas regiões sertanejas, entendemos como essa cafeicultura viveu um período áureo.

Porém, esse período de alta produtividade acabou chegando ao seu fim. Esse primeiro esgotamento produtivo era o meio de sobrevivência de vários sítios que foram criados no seu entorno, e por isso o colapso desta economia para os grupos sociais que sobreviviam dessa atividade se fez duramente impactante. O memorialista Esperidião Queiroz Lima em seu livro, “Antiga Família do Sertão”, nos relata um pouco sobre o declínio produtivo ocorrido na virada do século XIX para o século XX. Ele coloca que:

Decorridos cinqüenta anos de belas floradas e grandes colheitas, a terra, exausta e corroída, já não mais possuía humos, nem retinha a umidade, tornando-se incapaz de manter o vigor produtivo das preciosas plantas, que se estiolavam e pereciam.<sup>2</sup>

Conforme observamos, os solos do café encontravam-se desgastados e sem capacidade de manter a produção que, em outros momentos, rendeu exportações. Barão de Studart justificou o esgotamento do solo pelo apego a “processos condenados” e “práticas rudimentares” (STUDART, 1928, p. 93-102). Porém Lima observou que a derrocada da produção cafeeira se deu por fatores como o cultivo a pleno sol, com técnicas de desmatamento e queimadas que aumentavam o desgaste dos solos. Além disso, o fim de novas áreas cultiváveis para o café levou a uma brusca queda já nos primeiros anos do século XX (LIMA, 2000, p. 139).

A cafeicultura serrana, porém, não viu nesta crise o seu ponto final. Pelo contrário, foi neste momento de crise da produção cafeeira que foram buscadas novas formas de se praticar essa cultura, levando em consideração a pobreza dos solos e também o fim das áreas cultiváveis. Retornando às memórias escritas por Esperidião Queiroz Lima, ele nos apresenta o que foi a “solução”: o sombreamento dos cafezais. Esperidião afirma que:

Quando já se julgava decretada a extinção, pelo esgotamento, da cultura cafeeira na Serra de Baturité, surgiu o remédio salvador: a arborização pelas ingazeiras, que fixando o azoto do ar e atapetando a terra de humosa camada de folhas decompostas, restituíram a seiva à terra e a vida aos velhos cafeeiros, que renovaram e refloriram.

Foi uma verdadeira ressurreição.

O roçado da gameleira, plantado em 1849, foi arborizado de ingazeiras em 1904, quando ameaçava perecer. Revivesceu. Foram replantadas as falhas. E presentemente (1945) ainda apresenta cerca de sessenta por cento de cafeeiros antigos, com noventa e seis anos de idade, vigorosos e **produtivos**.<sup>3</sup>

2 LIMA, Esperidião de Queiroz. Antiga Família do Sertão. Rio de Janeiro: Agir, 1946, p. 225.

3 LIMA, Esperidião de Queiroz, 1946. *Ibidem*, p. 226-227

O sombreamento com árvores como Camunzês e Ingazeiras foi apontado como a “ressureição” dos cafezais. A título de explicação, a prática do sombreamento é definida como um sistema de produção de café onde se utiliza outras árvores para proteção dos cafezais de agentes externos como sol, geadas e chuvas. Esta forma de cultivo do café traz benefícios ecológicos para a terra pelo fato de não expor o solo ao desgaste se compararmos o plantio a pleno sol. Porém, essa forma de plantio apresenta baixa produtividade (DALASTRA, 2014).

Warren Dean coloca que esse modo de plantio já era conhecido em outros lugares, contudo não se estabeleceu como prática comum dos cafeicultores brasileiros, que optaram por fazer o plantio a pleno sol onde a perspectiva de produtividade era consideravelmente maior (DEAN, 2004, p. 197). O plantio sombreado, também chamado de “agroflorestal”, traz consigo vantagens ecológicas e agronômicas como o fortalecimento da terra.

A prática do sombreamento dos cafezais, assim como o plantio consorciado com o café de gêneros de subsistência e frutíferos, além de as relações de trabalho dos sujeitos de café que desenvolveram práticas e costumes em torno da cafeicultura serrana e das experiências vividas, mesmo que com adaptabilidades ajudou na manutenção dessa atividade agrícola tradicional durante boa parte do século XX, até o momento das primeiras intervenções modernizadoras, nos anos 1960.

Em suas considerações finais, Lima (2000) coloca que o café acabou perdendo o espaço outrora ocupado dentro da cafeicultura cearense. Apesar de a cafeicultura ter sofrido esse declínio econômico, ela ainda mobilizava grupos sociais locais, fazendo-se “referência para os altos da Serra de Baturité” (LIMA, 2000, p. 156-157). De fato, mesmo com o fim do ciclo produtivo entre os anos de 1846 e 1922, a produção agrícola se manteve, e essa tradição cafeeira continuou em diversos aspectos dentro da esfera do trabalho e além de as relações econômicas, ou seja, nas relações sociais, no cotidiano e nos costumes destes sujeitos que, se faziam como grupo e se adaptavam por meio das suas experiências, tradições e costumes.

A cultura cafeeira foi sendo formada e complexificada por meio das experiências dos sujeitos que a compunham e dos costumes que iam estabelecendo com o trabalho e as constantes adaptações que estes sofriam. Trata-se de uma relação que foi se construindo historicamente entre os sujeitos, a terra, o trabalho e os costumes, sendo cada um definidor e definido pelas dinâmicas e circunstâncias que foram sendo apresentadas.

### **3 AS DINÂMICAS E OS COSTUMES DOS TRABALHADORES**

A cafeicultura dos diversos sítios da Serra de Baturité foi desenvolvida a partir de várias interações entre os sujeitos do café, a terra a ser cultivada e a cultura trabalhadora que ia sendo desenvolvida e constantemente elaborada e reinventada. As relações construídas na cafeicultura iam muito além do que poderia ser mensurado apenas pelas dinâmicas do trabalho. Nisso, a junção de fatores envolvendo elementos de experiências anteriores, com adaptações e ressignificações que deram à cultura do café uma identidade definida que envolveu a atuação e a participação de sujeitos diversos.

As etapas de cultivo da cultura cafeeira na Serra de Baturité eram a limpeza de terrenos, poda dos cafezais, que não eram replantados anualmente, mas sim cuidados. Alguns relatos de trabalhadores e donos de sítios afirmam que ainda hoje existem pés de café com quase 100 anos. Havia também a retirada de galhos, plantios ocasionais de novos cafeeiros, cuidados com limpeza e adubação natural. Logo depois, vinha a apanha do café, momento central da cafeicultura por requerer sempre muita mão-de-obra. Após esse momento, vinham as etapas de beneficiamento, como a limpeza em terreiros e a venda para as torrefações.

Entendemos que antes de meros trabalhadores, os sujeitos do café eram homens e mulheres buscando alternativas de sobrevivência e subsistência. Tomando essa perspectiva, podemos perceber que estavam inseridos na dinâmica do café sujeitos diversos: Mulheres, que eram apanhadeiras de café e essenciais para a colheita no período que o grão se encontrava maduro. homens, que poderiam trabalhar como podadores dos matos, cuidadores da terra, mateiros, em outros momentos do ciclo do café serrano, assim como os feitores e donos de sítio. Além disso, crianças eram iniciadas na atividade cafeeira envolvidas na apanha das bagas de café que ficavam no chão.

Essas relações se misturavam e se confundiam dentro do jogo do cotidiano, tornando-se difícil distinguir o que era o trabalho e o que era o não-trabalho, algo discutido por Edward Thompson acerca dos trabalhadores ingleses na dinâmica pré-capitalista (THOMPSON, 1998. p. 52-53). A existência do “além-trabalho a partir do trabalho” nos faz perceber a complexidade da tradição cafeeira e também o modo como essa atividade foi uma forma de sobrevivência para muitas famílias dos municípios de Pacoti, Guaramiranga e Mulungu.

Para que possamos entender as experiências em torno do trabalho com o café, assim como o cotidiano além de o trabalho e as várias dinâmicas envolvidas, recorreremos às fontes orais, buscando ouvir histórias de vida de homens e mulheres que estavam envolvidas nessa atividade. Essas memórias se fazem essenciais e nos ajudam a perceber a existência de subjetividades pois, ao verbalizar suas memórias na trama narrativa, os sujeitos selecionam o que querem evidenciar, ocultam o que não querem que seja expresso, e as vezes, mesmo sem usar a oralidade, acabam expondo de alguma maneira sensível algo específico.

Sobre a dimensão do subjetivo, Alessandro Portelli coloca que a subjetividade é o “precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador”, afirmando que “nenhuma outra fonte possui em medida igual”. As oralidades nos ajudam a entender “não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer”, e mais ainda o que “agora pensa que fez”. Lidamos aqui com ressignificações das memórias vivenciadas e que possuem impactos sensíveis e ímpares. (PORTELLI, 1997. P. 31)

As subjetividades em torno da memória ajudam a definir o que é falado e o que é recordado. O ato de lembrar mais de certas coisas ou mesmo de esquecer está associado a essa dimensão subjetiva e específica da memória. Trazemos essa questão porque o contato com as oralidades de diferentes sujeitos permitiu-nos entender não apenas o factual, mas sim das sensibilidades, percepções e visões que nos foram sendo apresentadas nas diversas falas.

Para além de o individual e subjetivo, a repetição de uma memória social comum nos ajuda

a compreender a força de certas experiências presentes na cafeicultura. Os diversos sítios possuíam similaridades, mas também diferenças entre si, e por isso, ao perceber nas falas dos homens e mulheres semelhanças, mas também discrepâncias, acabamos compreendendo a diversidade e a complexidade da cafeicultura serrana.

Aí todo mundo, quando começava a apanha no meio de junho, às vezes quando tinha muito café maduro, eles botavam logo pra ir apanhando né. Porque quando o café tá maduro, se ficar maduro demais, se não apanhar, ele cai todin no chão. Aí antes do café amadurecer pra cair eles botavam logo. Uma parte no mês de maio e quando chegava o mês de junho a gente já tava apanhando. Era o dia 20 de maio a gente começava a apanhar e entrava o mês de junho apanhando.<sup>4</sup>

A fala acima foi retirada de uma entrevista feita com uma apanhadeira de café, no ano de 2019. Essa senhora trabalhou por cerca de 30 anos com atividades relacionadas a cafeicultura, principalmente no que envolvia a apanha do café. Podemos, a partir do trecho acima, entender um pouco sobre como se iniciava esse momento da apanha do café, que geralmente é entre os meses de junho e julho. Contudo, ela explicou-nos que era possível iniciá-la ainda em maio, para colher os grãos já maduros, algo comum quando a safra anual do café era boa.

Porém, não queremos focar nisso, mas sim na capacidade que a apanha de café possuía para mobilizar várias pessoas. Iniciando em maio ou em junho, o momento da apanha era visto como o auge da mobilização de pessoas para mão-de-obra. Voltando novamente para a fala de dona Branca, na qual é colocado que:

Pesquisador: Mas tinha muita gente que ia pegar café nessa época?

Dona Branca: Ai meu Deus... bichin, é porque agora não existe mais, Esse... Esse pessoal mais velho, óia. Era os Moraes aculá, era a turma que morava... era os mais velhos. Tudo lá. Tudo trabalhando lá. Eram homens e mulheres.

Pesquisador: Era umas 20 a 30 pessoas?

Dona Branca: Ora era... conversa é essa! Era muito mais.

Pesquisador: E era?

Dona Branca: Era gente que... que eu num tô dizendo, que quando eles começavam a medir o café, que eles tinham um feitor no barreiro de prontidão... Quando começava a medir, começava a meio dia pra terminar de tarde porque era gente demais, homens e mulher, era todo mundo. Porque num tinha esse negócio não.<sup>5</sup>

Como podemos ver na fala da apanhadeira, o trato com o café envolvia homens e mulheres nas mais diversas atividades. Em outros relatos, coloca-se que a depender do sítio, poderia se observar entre 40 ou até mesmo 100 pessoas por dia trabalhando. Isso acontecia porque os sítios eram divididos em roçados que poderiam envolver várias pessoas. Havia, além de as apanhadeiras, mateiros, podadores e feitores, que geralmente eram homens, e se envolviam em outros estágios da cafeicultura.

Algo que nos chama atenção é a presença frequente das mulheres na apanha do café e em seus roçados. muitas acompanhadas por seus filhos, que inclusive ajudavam no processo. Isso foi enfatizado pelos trabalhadores e trabalhadoras que destacavam como primeira lembrança da cafeicultura a ida aos roçados para apanhar o “balão” – Termo usado para designar o café que ficava pelo chão e que

4 Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio no dia 21 de setembro de 2019. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

5 Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio no dia 21 de setembro de 2019. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

precisava ser apanhado após os grãos “de cima” dos cafezais terem sido recolhidos. Acerca dos desafios, Dona Branca nos fala que:

Dona Branca: E o sacrifício, aí meu Jesus de nazaré... pra descer, nós descia, eu descia... hoje, eu vivo doente, eu sinto doença... Eu dizia assim: Agora eu não tô sentindo nada não porque eu tô nova, mas deixe eu ficar velha. Nós, pra poder chegar, porque no barreiro, nós tirava um balaio deste tamanho, que pegava duas latas de [café]. Nós tirava na tampa! Limpo limpo, sem apoio, só pra ir deixar no barreiro.

Entrevistador: Um balaio cheio?

Dona Branca: Na cintura! Aqui daqui pra baixo óia, daqui pra baixo da cintura da gente, a gente ficava com as perna tudo dormente. Andava muito, com o balaio cheio, na cintura.<sup>6</sup>

A fala de Dona Branca elucida bem os efeitos árduos de uma atividade que definitivamente não era simples. O trabalho com o café não era leve ou fácil, principalmente a apanha, que demandava mais tempo e agilidade. O balaio utilizado para processo era amarrado à cintura e não era pequeno, o que dificultava a movimentação. Além disso, os cafezais estavam localizados em altos de morros ou em baixas, o que tornava essa colheita mais desafiadora. Tal prática não era leve e romântico como algumas narrativas podem nos fazer pensar. Pelo contrário, o café trouxe consigo marcas no corpo e na saúde das mulheres.

O trabalho feminino no café poderia ser muito mais desafiador que o masculino. As distinções de gênero podem fazer-nos pensar no trabalho como algo leve, porém tal pensamento é falacioso. Podemos ver isso em um trecho abaixo de um trabalho que busca desenvolver uma análise sobre os perfis de trabalhadoras da cafeicultura no município de Poço Fundo, em Minas Gerais, coloca-se que:

Nessa categoria, englobam-se as atividades domésticas, o cuidar dos filhos, idosos, hortas e animais de pequeno porte. No entanto, também participam do trabalho agrícola, no roçado, mas, nesse caso, ele é visto como “ajuda” aos homens da família. Ressalta-se que a “leveza” do trabalho feminino e o “peso” do masculino não tem nada a ver com a qualidade do esforço despendido pelo seu executor e sim com o sexo que o executa. Então, qualquer trabalho realizado pelo sexo feminino é ‘leve’, independentemente de ser “exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde. (VALE, A. R. do. AMARAL, J. D. F. do. RAIMUNDO, G, 2020. p. 39)

Tal trabalho possuía importância para as famílias serranas pelo fato de muitas vezes ser a única alternativa de ganho monetário, principalmente às mulheres apanhadeiras de café, que eram chefes da família e utilizavam muitos dos seus ganhos para a manutenção de necessidades básicas de sobrevivência que não era obtida por meio da terra. As funções sociais assumidas e a mobilização na dinâmica da tradição cafeeira serrana serviam para a sua própria sobrevivência, mas também para a sobrevivência familiar. Sejam filhos, irmãos, ou os próprios pais, alguns sujeitos tinham no dinheiro do café conquistado por essas mulheres, garantia básica de sobrevivência. Conversando com mais uma apanhadeira de café, dona Efigênia, entendemos um pouco sobre os impactos dos ganhos monetários:

Pegava um valor até bom né? [...] ah eu conseguia comprar roupa, calçado as vezes pras minhas irmã, pra minha mãe também, ela num trabalha quando nós era pequeno né, antes de eu me casar, aí eu comprava roupa pra minhas irmã, ainda hoje até elas fala, a minha mãe pegava o

6 Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio no dia 21 de setembro de 2019. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal



dinheiro sabe, era assim: todos os sábado eu recebia, aí entregava a ela, aí ela fazia o que queria, ninguém ia atrás não. [...] Aí ela levava pra Fortaleza. Juntava meu dinheiro, o meu e o da minhas irmã, ela levava, ia numa loja, comprava um bucado de roupa, de tecido, nós se vestia, era assim.<sup>7</sup>

Como podemos perceber, os ganhos monetários com o café eram empregados naquilo que não poderia ser obtido por meio da agricultura: a compra de roupas, tecidos e outras coisas. Houve casos onde o dinheiro foi empregado na compra de gêneros alimentícios que complementavam a dieta alimentar, como biscoito ou sardinhas, ou na compra de condimentos e produtos para cozimento como sal e óleo.

Alf Schwarz nos evidencia isso em seu artigo, no qual ele busca comparar e problematizar a lógica do desenvolvimento do Estado e a lógica camponesa, apontando este último modo como uma produção voltada para a segurança e para a manutenção da “produção necessária” que é “constituída, essencialmente, pela parte da produção que serve ao autoconsumo” e também para “comprar bens indispensáveis para a satisfação das necessidades essenciais dos produtores rurais e de sua família” (SCHWARZ, 1990. P. 82).

A tradição cafeeira serrana que coexistiu anos a fio era uma tradição voltada para a subsistência. Parte do café colhido era vendido, mas outra parte servia para o consumo próprio dos moradores serranos. Além disso, gêneros alimentícios, além do café, eram cultivados para a alimentação dos trabalhadores e trabalhadoras, sem falar nos próprios ganhos monetários obtidos com a apanha do café ou em outras etapas, servindo essencialmente para comprar o que não era possível obter diretamente da terra.

Contudo, a partir da segunda metade da década de 1960, iniciou-se a implementação de políticas e intervenções de caráter modernizador na cafeicultura presente na Serra de Baturité. O Instituto Brasileiro do Café e alguns outros órgãos estatais da esfera executiva estadual começaram a interferir de maneira profunda toda a estrutura da cafeicultura serrana, passando por alterações e ressignificações sentidas por todos os atores sociais envolvidos. Veremos isso a seguir.

#### 4 O PROJETO MODERNIZADOR FRUSTRANTE: A ATUAÇÃO DO IBC NA SERRA DE BATURITÉ

Em que pesem às excelentes condições ecológicas apresentadas nestas áreas para a cultura cafeeira, somente em 1971 a cafeicultura passou a ser conduzida racionalmente, vez que os cafezais tradicionais apresentavam baixas produtividade devido, principalmente, à não execução de medidas de ordem técnico-agronômicas. [...].<sup>8</sup>

O trecho acima foi retirado de um estudo analítico que “pretende mostrar de maneira breve e objetiva as potencialidades da Cultura do Café no Estado do Ceará, tendo em vista despertar o interesse de investidores” (IPLANCE, 1977. p. 12). No momento de escrita deste documento, buscou-se propagandar e demonstrar toda a potencialidade da produção cafeeira foi “conduzida racionalmente”,

7 Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas no dia 21 de setembro de 2019

8 IPLANCE – Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. **Oportunidades de investimento na cafeicultura do Ceará.** Fortaleza, Ceará. IPLANCE, 1977. 71p. p.16.

ou seja, já sofrendo as intervenções modernizadoras.

Podemos considerar que as intervenções modernizadoras na cafeicultura serrana se desenvolveram em dois momentos: Primeiro, com a chegada do “Programa de Erradicação dos Cafezais”, promovido pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) e organizado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), no qual se buscou executar a derrubada e erradicação de cafezais improdutivos para diversificar o uso de outras culturas julgadas como mais rentáveis na década e 1960.

Já o segundo momento iniciou-se apenas na década de 1970, quando foi empregado na cafeicultura de Baturité o Programa de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC), também promovido pelo IBC e de aplicação nacional. Esta intervenção especificamente buscou repensar as bases de desenvolvimento e manutenção da cultura cafeeira na Serra de Baturité, e redefini-la, objetivando a inserção desta produção na lógica capitalista por meio do aumento produtivo e da modernização.

Essas modernizações foram financiadas e pensadas principalmente pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), que consideramos aqui ser o principal braço da intervenção na cafeicultura brasileira. Criado em 1951, o IBC foi uma entidade autárquica, ou seja, que possuía autonomia do governo federal, tinha como atribuições “definir as diretrizes da política cafeeira” visando um equilíbrio de interesses entre compradores e produtores. Além disso, tinha como diretrizes: “Políticas de incentivo à renovação dos cafezais, [...], e adoção de políticas que visassem a minimização dos prejuízos decorrentes de intempéries climáticas [...]”, visando primordialmente a autossustentação da política cafeeira (SAES, 1995. p. 53-61).

Com o objetivo de regular a produção cafeeira nacional para a manutenção da valorização do café no mercado e para o pleno cumprimento de acordos internacionais, algumas políticas foram desenvolvidas, dentre elas, a diminuição dos parques produtores de café. Nisto, foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, no ano de 1961, que ficou conhecido como GERCA, que seria responsável por iniciar um processo de erradicação de “cafezais improdutivos”.

A natureza do programa era voluntária, ou seja: não era de adesão obrigatória. Contudo, os valores a quem aderisse o programa eram interessantes. Além disso, objetivos foram estipulados tanto em relação ao número de cafezais a serem erradicados quanto em relação às opções de uso da terra após a retirada dos antigos cafezais. Algumas opções eram a diversificação agrícola, inserindo outras culturas frutíferas ou a renovação da cafeicultura, porém seguindo os padrões que fossem estipulados pelo IBC.

Entre os anos de 1961 e 1968 foram erradicados de fato cerca de 2 bilhões de pés de café em todo o Brasil com a liberação da área para diversificação agrícola (CAMPOS, 2000. p. 15-16). Os cafezais da Serra de Baturité foram profundamente impactados com este que consideramos o primeiro movimento intervencionista da região serrana, iniciado em 1967. O documento produzido pela Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC) ajuda-nos a entender melhor as erradicações na cafeicultura serrana. Coloca-se que:

O programa de erradicação de cafezais improdutivos, executado em todo o Brasil pelo IBC, atraiu em 1967 pouco mais de 50 cafeicultores da Serra de Baturité, mormente do município de Guaramiranga. [...]

Para os produtores talvez a grande vantagem da erradicação residiu tão somente no recebimento da

importância paga pelo IBC, a título de indenização (Cr\$ 300,00/ha). que enquanto existia café, o agricultor tinha uma renda garantida, embora pequena. A sua erradicação sem a substituição por outra cultura implicou em acentuada queda na renda dos produtores.<sup>9</sup>

Essas primeiras práticas intervencionistas conseguiram atrair muitos produtores. Porém, por não ser algo obrigatório, houve sítios que mantiveram sua produção tradicional, como o Sítio São Luis, em Pacoti e o Sítio São Roque, em Mulungu. Em ambos, houve a manutenção das práticas da cafeicultura tradicional até os dias atuais. Por isso, não podemos falar de fim da cafeicultura serrana tradicional existente na Serra de Baturité.

Sobre esse processo de erradicação dos cafezais, é interessante perceber dois aspectos: a perspectiva da compensação financeira por cada hectare de cafezal derrubado, o que pode ter rendido certo retorno financeiro aos produtores que ganharam algumas cifras a partir da retirada de cafezais. E também a mudança produtiva e a migração para culturas agrícolas hoje comumente praticadas na região serrana, como a bananicultura e o cultivo de chuchu.

Bernardo Sorj afirma que há uma busca de inserção e integração dos produtores “às regras do jogo impostas pelo capital ao nível do próprio processo produtivo.” (SORJ, 2008. P. 50). Ou seja, para sua sobrevivência e sua manutenção dentro dessa dinâmica de integralização ao capital por meio de mudanças produtivas, que no caso da experiência serrana não foi obrigatória, mas se demonstrou atraente e vantajosa. Os produtores, não apenas nesses, mas em outros casos, tiveram que se submeter a essas adaptações.

Neste primeiro momento, os trabalhadores sentiram os impactos da erradicação de cafezais. Homens e mulheres que trabalhavam no dia a dia da cafeicultura não foram beneficiados com a compensação financeira, atribuída apenas aos donos de sítios, e por isso, sentiram os primeiros impactos do arranque dos pés de cafés. Dona Efigênia, apanhadeira de café, coloca que:

Eu me lembro bem que foi assim, até a gente, eu mesmo dizia assim ‘ô meu Deus e agora, como é que a gente vai viver sem apanhar café?’ foi na época que começaram a arrancar o café todin, aí eu tinha menino pequeno e não podia sair pra longe né?! pros outros sítios, e foi em quase todo canto né, que fizeram isso, em Guaramiranga também<sup>10</sup>

A fala da trabalhadora já demonstra os medos e as inseguranças com relação a atividade que viria a ser diretamente afetada. Realmente, por não haver outras opções de ganho monetário para a manutenção da subsistência, a retirada do café e conseqüentemente das estruturas ao seu redor acabava por afetar o modo de vida desses trabalhadores e de suas famílias, porém a retirada dos cafezais foi apenas a primeira etapa da intervenção.

Saes (1995) coloca que na metade final da década de 1960, a estratégia nacional foi modificada devido à queda produtiva da cafeicultura nacional. A junção de fatores naturais como geadas no Paraná e em São Paulo e o sucesso da erradicação dos cafezais afetaram a produção. Por isso, entre os anos de 1970 e 1971 se iniciou o que consideramos como segundo ciclo de intervenções na cafeicultura

9 CEARÁ, Secretaria do Planejamento e coordenação. **A unidade espacial de planejamento de Baturité:** Departamento de desenvolvimento microrregional. Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – SUDEC. Fortaleza, dezembro de 1974. p.27-28.

10 Entrevista realizada com Efigênia Ferreira Freitas no dia 22 de setembro de 2019, Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

da Serra de Baturité: A criação do Programa de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC).

O PRRC surgiu com o objetivo de incentivar o plantio do café em diversas regiões do Brasil para o atendimento do mercado interno e externo, sendo que vários incentivos seriam dados aos cafeicultores que aderissem ao programa (SAES, 1995. P. 59). O PRRC chegou à Serra de Baturité no ano de 1971, estabelecendo seus objetivos:

A necessidade de elevar os níveis da produção e da produtividade determinou a execução do Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais, abrangendo uma ampla linha de financiamentos, incentivando a formação de mudas, o plantio, a recopa, a aplicação de fertilizantes, corretivos e defensivos na lavoura cafeeira.

[...].

Existe, [...], a necessidade de exploração cafeeira através de uma ação integrada. Dentro desse propósito os programas IBC-GERCA têm se fundamentado na pesquisa, assistência técnica e assistência financeira.<sup>11</sup>

O PRRC era uma política intervencionista nacional, portanto qualquer produtor que decidisse seguir as prerrogativas deste programa teria que adotar a padronização produtiva. Isso é colocado por Amorim (2019) que afirma que o replantio dos cafezais se desenvolveu a partir da “adoção de princípios padronizados para todas as regiões do país, a despeito de suas diferenças geográficas, climáticas e ambientais.” (AMORIM, 2019. P. 57).

O novo modelo de plantio de café se mostrou problemático pelo fato de usar a terra como mero receptor do café, um instrumento de plantio, não buscando compreender de forma mais delineada as experiências e as especificidades do cultivo de café e a tradição cafeeira daquela região. Nas implementações do replantio, outras perspectivas problemáticas foram se evidenciando.

O objetivo de elevação de níveis produtivos por meio do uso de novas perspectivas de cultivo agrícola é logo evidenciado na narrativa institucional, sendo esse fato definidor direto da forma como se desenvolveriam as práticas. Dentro desta perspectiva, Souza (2008) em seu estudo acerca do café ecológico e sua rentabilidade, destaca que esses “pacotes com enfoque produtivista” silenciaram e “passaram por cima do conhecimento tradicional, experiência e capacidade de organização comunitária da população rural.” (SOUZA, 2008. P. 17).

O replantio de café deveria ser feito dentro dos imperativos da nova produção que priorizava os padrões tecnológicos modernizadores em todas as etapas. Esse novo modelo produtivo era distinto do desenvolvido dentro da cultura cafeeira que fora estabelecida na Serra de Baturité. A modificação do plantio, cultivo e trato com o café foram em um sentido diretamente oposto ao que foi historicamente construído na região e que se estabeleceu como uma tradição.

Dentre vários pontos que não foram levados em consideração, destacamos aqui o fato de se ter rejeitado o modo de sombreamento dos pés de café. Esse modelo de plantio foi desenvolvido a partir das tentativas de solucionar o esgotamento do solo e já estava sendo praticado na serra desde o início do século XX, porém tal prática foi vista como “não recomendável” para a região, não sendo indicada pelos técnicos do IBC. Colocava-se que:

11 BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. **Instituto Brasileiro do Café**. Relatório 1971. Brasília, 1972.

O sistema de plantio recomendado é o de livre crescimento, ou seja, sem sombreamento. Para esse tipo de cultivo, o cafezal deve ser plantado em espaçamento que possibilite o trânsito de implementos pelas “ruas” de café, permitindo a mecanização das carpas, tratamentos fitossanitários, adubações e outras práticas culturais.”<sup>12</sup>

O plantio cafeeiro aos moldes da produção desenvolvida na região Centro-Sul do país, visava o maior aproveitamento de terras e com isso, o aumento produtivo. Para isso, o plantio de cafezais deveria ser feito em lavouras a pleno sol. Porém, as árvores que sombreavam traziam consigo vantagens, além de a própria sombra. O adubo orgânico, produzido a partir das folhas de ingazeira e do próprio ingá, eram extremamente relevantes. Além disso, como já foi dito, as árvores ajudavam na proteção do solo contra a erosão em períodos chuvosos.

Destacamos a retirada do sombreamento dos cafezais. Porém as mudanças não se resumiram a isso. A inserção de adubos químicos e incentivos para tornar a produção mais rentável, além de a adoção de outros modelos de sementes de café cultiváveis: O Catuaí Amarelo e o Mundo Novo visando “variedades de maior rendimento” (SILVA, CORTEZ, 1998. p. 70). Sem falar na readequação do plantio consorciado, que passaria a ter objetivo de venda para mercados externos, e não mais a subsistência dos trabalhadores.

Com todas essas questões controversas, os projetos do IBC foram se mostrando problemáticos, principalmente no que se relacionava a adaptação às mudas de café modificadas a realidade serrana. Nos anos de 1973 e 1974, alguns problemas foram evidenciados. No relatório produzido pela SUDEC, que foi contemporâneo a esta conjuntura por ter sido produzido em 1974, relata-se estes problemas, colocando que:

[...] das três áreas incluídas [...], a MRH-65 [Microrregião da Serra de Baturité] tem apresentado um sério problema, qual seja a elevada mortalidade das mudas transplantadas. Isso determinou a necessidade de replantio no ano seguinte, que implica em novos gastos com compra de mudas, fertilizantes e mão de obra.

Na Serra de Baturité a mortalidade de mudas transplantadas é um fator generalizado, que ocorre em porcentagem que oscilam entre 10 e 80%, variando não só de produtor para produtor, mas também de uma para outra área, numa mesma propriedade.<sup>13</sup>

Percebeu-se que alguns problemas relacionados ao plantio das novas mudas surgiram, o que acarretou conseqüentemente um prejuízo financeiro entre o que já fora investido e o que viria a ser novamente injetado visando o replantio. Chama-nos atenção a oscilação de mortalidade, que poderia ser mínima ou devastadora, trazendo aos produtores a necessidade de investir novamente nos cafezais. Entendemos que a retirada do sombreamento expôs os cafezais e os solos a erosão causada pelas chuvas e ao calor que queimou as mudas de café.

Acerca disso, um ex-administrador de sítio comentou sobre o insucesso do café trazido pelo IBC, que foi nomeado pelos sujeitos serranos como “café paulista”:

12 IPLANCE – Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. **Oportunidades de investimento na cafeicultura do Ceará.** Fortaleza, Ceará. IPLANCE, 1977. 71p. p.31.

13 CEARÁ, Secretaria do Planejamento e coordenação. **A unidade espacial de planejamento de Baturité: Departamento de desenvolvimento microrregional.** Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – SUDEC. Fortaleza, dezembro de 1974. P. 29

Depois foi que inventaram esse negócio de arrancarem o café pra plantarem o paulista né, eles incentivaram a mudar... aí muita gente foi, não foi pra frente de jeito nenhum. Agora [tinha] outro também, que por causa do custo [do café] que é só uma vez por ano né, também, o café também não deu mais muito preço aqui, aí foi muita gente cortou o café pra plantar bananeira, né? Pra plantar banana porque achava que dava mais, dava melhor.<sup>14</sup>

Podemos perceber como a frustração do projeto modernizador se demonstrou cada vez mais iminente, a ponto de o próprio administrador admitir que houve pessoas que trocaram o café pela bananeira. Contudo, a narrativa feita pela SUDEC não traz como desfecho esse fracasso, pelo contrário, o que vai ser colocado como ideia comum é o destaque ao potencial produtivo e o irremediável sucesso:

Embora se observe em muitos agricultores um certo pessimismo quanto ao sucesso do Programa, eles continuam cuidando das suas lavouras já implantadas e fazendo o replantio das mudas que morreram.

Dentro de mais 2 a 3 anos, quando os cafezais novos começarem a produzir, provavelmente o atual pessimismo de muitos cederá lugar a uma atitude mais otimista face aos problemas.<sup>15</sup>

Mônica Amorim destacou o fato de além de ter havido frustração nos resultados, “a baixa produtividade, altos custos, riscos elevados e lucratividade insuficiente” levaram a um recuo das políticas intervencionistas do PRRC, com investimentos cada vez mais menores e inexpressivos, que duraram até o ano de 1981. Ela afirma que os produtores “foram excluídos dos incentivos do governo para o setor e abandonados à própria sorte” (AMORIM, 2019. p. 58), ou seja, a cultura cafeeira desta região teria entrado em mais um processo de declínio.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos falar no fim da cafeicultura serrana nem da cultura cafeeira. Porém devemos levar em consideração as profundas ressignificações vivenciadas pelos sujeitos do café, pelos sítios e pelas próprias cidades. Principalmente com a criação da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité (APA) no ano de 1990, o sentido produtivo da região serrana passou por profundas alterações.

Além de os produtores, os trabalhadores e trabalhadoras sentiram os efeitos dessas modernizações. Antes de tudo, homens e mulheres que retiravam da cafeicultura sua sobrevivência, sentiram em suas vidas os impactos das intervenções. Selma Maria Peixoto Alcântara, em seu trabalho sobre a importância da cafeicultura serrana a partir da década de 1970 reitera esse impacto ao destacar que a “decadência da produção levou a uma queda na renda dos que trabalham na apanha” do café (ALCANTARA, 2009. p. 101).

Mulheres e homens que viam no café sua uma atividade econômica essencial a sobrevivência e que baseavam muitas de suas formas de socialização e sobrevivência nos entrelaces construídos entre suas experiências subjetivas e a tradição cafeeira serrana vão ter que se readaptar e ressignificar experiências. As

14 Entrevista realizada com José Lucio Fonseca Rocha no dia 10 set. 2019, Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

15 CEARÁ, Secretaria do Planejamento e coordenação. **A unidade espacial de planejamento de Baturité: Departamento de desenvolvimento microrregional.** Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – SUDEC. Fortaleza, dezembro de 1974. P. 30

mudanças não foram “apenas econômicas”, elas trouxeram consigo novos êxodos, bem como a ascensão de novas categorias sociais, nas quais ocorreram “mudanças de papéis desempenhados pelos mesmos personagens”, o que formou também novas experiências e novas explorações (NATIVIDADE, 2018. p. 261).

A migração do campo para a cidade sempre foi comum na região serrana, ainda mais devido a sua relativa proximidade de Fortaleza. Porém, o fluxo migratório se intensificou cada vez mais quando a região serrana passou a ser vista e condicionada como o “local do descanso” ou “de poucas oportunidades” pelos mais jovens, com a necessidade do trabalhar, os sujeitos migrantes passaram a viver nas crescentes periferias da capital ou nas cidades vizinhas.

Devemos lembrar que tais políticas não foram aceitas por todos os produtores locais. Alguns sítios de café optaram por não seguir os padrões do IBC, seja na diversificação de culturas, seja principalmente no replantio de cafezais. Mas, mesmo para os que mantiveram o seu cultivo de café, o enfraquecimento de boa parte da cafeicultura serrana acabou trazendo ressignificações e mudanças profundas.

Houve sítios que tiveram sua produção cafeeira totalmente extinta, passando para a bananicultura, a fruticultura, o plantio de leguminosas e até flores. Contudo, existiram alguns sítios que mantiveram a produção cafeeira e nela buscaram formas de sobrevivência. Destacamos aqui o Sítio São Luis, em Pacoti. o Sítio São Roque, em Mulungu. e alguns sítios localizados na comunidade de Pernambuco, em Guaramiranga, que mantém sua existência por meio do turismo agroecológico por meio da “rota do café verde”, desenvolvida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

## Referências

ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto. **Sol e Sombra: o Café do Maciço de Baturité** Numa Perspectiva Ecológica e Socioeconômica. 2009. 157 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Fortaleza-CE, 2009.

ALVES, G. **A ironia da modernização: o “sujeito” capital como estranhamento universal.** Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/956>. Acesso em: 24 jan. 2023.

AMORIM, Mônica Alves. **A paisagem como instrumento de valorização de produtos de montanha: a experiência do café sombreado do maciço de Baturité, Ceará.** 2019. 100 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2019.

AMORIM, M. A.. ASSIS, R. L. DE. **A experiência de produção de café na Serra de Baturité – Ceará: aprendizado empírico e os reveses causados pelas políticas cafeeiras do Brasil.** Boletim de Geografia, v. 39, p. 459-476, e61711, 21 abr. 2022.

BASTOS, Frederico de Holanda. **Guaramiranga: Caminhos para o planejamento e gestão ambiental.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. 140p.

- CAMPOS, José Arimatéia. **Aspectos histórico-econômicos, geoambientais e ecológicos do Maciço de Baturité**. Fortaleza: CEPEMA, 2000.
- CATÃO, Pedro. Baturité (Subsídio Geográfico, Histórico e Estatístico). **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t. LI, 1937, p. 63.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010. P. 273-344.
- DALASTRA, Fernando Galant. **Sombreamento arbóreo na produção do café**. 2014. 29 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônoma) - Universidade Federal de Grandes Dourados, Dourados - MS, 2014.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. atual. e aum. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: UFC, 2000.
- LAFER, Celso. (1973). O convenio internacional do café. In: **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, 68(2), 285-340.
- LEAL, Vinícius Barros. **História de Baturité, época colonial**. [S.l.]: SECULT, 1980. p. 85.
- LIMA, Pedro Airton de Queiroz. **À sombra das ingazeiras: o café na Serra de Baturité (1850-1900)**. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 316 p.
- MEIHY, José Carlos e HOLANDA, Fabíola. **História oral – como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.
- NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)**. Orientador: Sonia Regina de Mendonça. 2018. 362 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018.
- OLIVEIRA, Francisca Leiliane Sousa de. **Avaliação e mapeamento dos impactos nos sistemas ambientais no Maciço de Baturité: O caso do Município de Pacoti, CE**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- SAES, Maria Sylvia Macchione. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro do café**. 1995. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. P. 53-61.
- \_\_\_\_\_. SOUZA M. C. M. de. OTANI, M. N. **Equívocos de Pacotes Tecnológicos: O Exemplo de Baturité**. Instituto de Economia Agrícola. 2002. Disponível: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=261>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.
- SALES, Francisco Levi Jucá. **Pacoti: História e Memória**. Editora Premium. Fortaleza, 2014
- SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós graduação em Geografia UNESP, [S.l.], 2008.
- SCHWARZ, Alf. **Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa**. Tempo soc., São Paulo, v.2, n.1, p.75-114, junho de 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i1.84788>. Acesso em 10 Dez. 2021



SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2. ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Lucas F. CORTEZ, José G. A Qualidade do Café no Brasil: histórico e perspectivas. Brasília: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v.15, n.1, p.65-91, jan./abr., 1998.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira [online]. rev. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 135 p. ISBN: 978-85-9966-228-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SOUZA, Nidyane Costa de. **Avaliação da rentabilidade do café ecológico**, sob condições determinista e de risco: O caso da APA de Baturité. 2008. 131 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Mestrado Acadêmico em Economia Rural (MAER). Centro de Ciências Agrárias. Fortaleza-CE. 2008.

STUDART, Barão de. Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará. **In: Revista do Instituto do Ceará**, t. XLII. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1928. p. 93-102

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio: Zahar, 1981

THOMPSON, E. P. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Negro, A.L. e Silva, S. (orgs). Campinas, SP: Unicamp, 2012. 286 p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

VALE, A. R. do. AMARAL, J. D. F. do. RAIMUNDO, G. Traçando o perfil das mulheres da agricultura familiar produtora de café orgânico no município de Poço Fundo-MG. *Revista Campo-Território*, Uberlândia-MG, v. 15, n. 36 Jul., p. 36–55, 2020.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 420p.

WOLFART, Cintia. **“O novo já nasce velho”**: os clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980). 2017. 269 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

## Sobre o autor

**Leonardo Noberto de Moraes** – Universidade Federal do Ceará (UFC). Email para contato: leonoberto98@hotmail.com

## Como citar

MORAIS, L. N. de. A partir do café, para além dele: a formação de uma tradição cafeeira na serra de Baturité a partir das relações de trabalho e das experiências dos sujeitos. *CENTÚRIAS - Revista Eletrônica de História*, Limoeiro do Norte, v. 1, n. 3, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/centurias/article/view/11202>. Acesso em: 08 dez. 2023.